

PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

Pós-Graduação em Fiscalidade

Código: 41116

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Fernando José Morgado Fontes

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 24h Carga Trabalho: 74h

ECTS: 3,5

Objetivos

Promover o conhecimento dos meios procedimentais e processuais postos à disposição do contribuinte para tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos;

Difundir o conhecimento das normas, princípios e decisões jurisprudenciais relevantes em matéria de procedimento e processo tributários;

Compreender a articulação entre a Lei Geral Tributária e o Código de Procedimento e de Processo Tributário em matéria de procedimento e processo.

Resultados da Aprendizagem

Classificar e enquadrar os diversos actos tributários;

Conhecer o sistema procedimental e processual português;

Adquirir competências para resolver casos práticos, no âmbito do direito tributário, que requeiram conhecimentos de carácter adjectivo;

Articular os diversos meios tutelares com as regras de direito substantivo e seus princípios ordenadores, em particular de natureza constitucional.

Conteúdos Programáticos

CAPÍTULO I

OS PRINCÍPIOS DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

A noção de procedimento tributário

As fases do procedimento tributário

Os princípios do procedimento tributário

A competência da administração tributária

CAPÍTULO II

OS PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS EM ESPECIAL

DE NATUREZA INFORMATIVA

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

PROCEDIMENTOS DE NATUREZA IMPUGNATÓRIA

OS RESTANTES PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS

CAPÍTULO III

OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

O princípio da plenitude dos meios processuais

O princípio da celeridade

O princípio do inquisitório e da colaboração

O princípio do contraditório

O princípio da aquisição processual

O Tribunal

CAPÍTULO IV

O RECONHECIMENTO DE DIREITOS E A DETERMINAÇÃO

DA PRÁTICA DE ACTOS DEVIDOS

A acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido

A determinação da prática de acto devido

CAPÍTULO V

OS MEIOS IMPUGNATÓRIOS DE ACTOS LESIVOS

A impugnação judicial

A acção administrativa

Os meios processuais na execução fiscal

O recurso da decisão de derrogação do sigilo bancário

CAPÍTULO VI

OS MEIOS CAUTELARES

As providências cautelares de natureza judicial

As providências cautelares de natureza administrativa

As providências cautelares a favor do contribuinte

Bibliografia Recomendada

ROCHA, Joaquim Freitas – Lições de Procedimento e Processo Tributário, Almedina, 7ª Edição, 2019

NETO, Serena Cabrita e TRINDADE, Carla Castelo – Contencioso Tributário, Volume I - Procedimento, Princípios Gerais e Volume II - Processo, Arbitragem e Execução, Almedina, 2019.

PAIVA, Carlos – Da Tributação à Revisão dos Actos Tributários, Almedina, 2ª Edição, 2008

MORAIS, Rui Duarte - Manuel de Procedimento e de Processo Tributário, Almedina, 2016 Reimpressão

PIRES, José Maria Fernandes Pires - Lei Geral Tributária (Comentada e Anotada), Almedina, 2015

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

O programa foi definido tendo por base os objectivos que se pretendem alcançar para esta UC, bem como as competências a adquirir pelos alunos, conforme se demonstra de seguida.

O exercício de actividade na área contabilístico-fiscal pressupõe uma compreensão alargada dos procedimentos administrativos em matéria tributária bem como dos meios processuais à disposição dos contribuintes para efectivação dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

A abordagem desta UC será efectuada tendo como recorte essencial a distinção entre os meios procedimentais e seus princípios e os meios processuais, incidindo particularmente nos seus requisitos formais e substanciais.

O estudo da matéria será depois complementado com recurso a exemplos práticos e análise jurisprudencial de situações reais, permitindo uma compreensão do fenómeno processual tributário que permita uma melhor preparação dos alunos para o exercício profissional a actividade.

Métodos de Avaliação

Teste escrito